

CRECHES PÚBLICAS

**Garantir o direito das mulheres
ao trabalho e ao estudo!**



De acordo com a pesquisa feita pelo IBGE (17/09/2010), as mulheres brasileiras constituem um total de 39,5 milhões de trabalhadoras. Desta massa de proletárias, mais da metade delas (51,2%) está submetida ao trabalho informal. Os dados mostram que 17% das mulheres estão no trabalho doméstico, e 72,8% destas empregadas domésticas não possuem carteira assinada. Além disso, a taxa de jovens mulheres, entre 16 a 24 anos, na informalidade é altíssima (69,2%), o que se explica pela difícil realidade de conciliação entre trabalho, estudo e afazeres domésticos.

As mulheres trabalhadoras da sociedade brasileira são vítimas de uma herança sócio-cultural patriarcal, capitalista e exploradora que as enquadra sempre em termos da seguinte função: cuidar dos filhos e da casa, porque este, supostamente, seria seu dever de mãe. Por ter o “dom de parir”, a mulher foi relegada da possibilidade de participar de espaços públicos: para a sociedade, sua função é apenas a maternidade, pois assim é considerado “de sua natureza”.

A exploração gerada por essa concepção de maternidade, que dificulta enormemente a participação efetiva das mulheres nos espaços públicos, nos leva a concluir que o capitalismo se aproveita dessa condição de diversas formas: seu trabalho doméstico (por ser considerado de menor importância para os assuntos públicos da sociedade) é cada vez mais desvalorizado, mal pago (quando pago), exige longas horas de jornada, e as sujeita a maus tratos tanto físico quanto psicológico. Portanto, para quebrar a atual noção de maternidade, que funciona como forma de opressão às mulheres, a reivindicação histórica do movimento feminino por creches públicas de qualidade compreende então uma pauta fundamental no que diz respeito à emancipação da mulher. Um sistema de qualidade e gratuito de creches possibilitaria, a nível material, uma verdadeira e mais ampla participação das mulheres nos espaços públicos.

As políticas governamentais até hoje não atenderam as necessidades da grande massa de mulheres trabalhadoras: as creches privadas são de custo muito elevado, as públicas estão sempre lotadas e em condições precárias. As políticas ‘tapa-buraco’ como o auxílio-creche e creche-domiciliar não cumprem a função de prover a educação infantil, precarizam e flexibilizam as relações de trabalho, além de incentivarem o desenvolvimento das creches privadas em detrimento das públicas.

IMPORTÂNCIA DAS CRECHES PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER TRABALHADORA

Primeiramente, cabe lembrar a condição da mulher como gênero construído socialmente e seu papel dentro da família. Estes dois pontos irão exercer uma forte influência na venda de sua mão-de-obra, o burguês se apropria da sua condição “inferior” para lucrar e reproduzi-la nas relações de trabalho. Como gênero, a mulher é vista como um ser dócil, sensível, obediente, delicada, destinada a ser mãe, e às atividades domésticas, como também ser protegida e admirada pelo seu “príncipe encantado”. Na família, a mulher tem como função cuidar dos filhos, manter as atividades domésticas em ordem, além de ter uma dedicação total como esposa para seu marido. Essa configuração da família se dá na sociedade de classes, onde está inserido o sistema capitalista, pois fica com a mulher a responsabilidade pela reprodução social, confinada em casa, enquanto o homem, como provedor da família, se ocupa do espaço econômico, político, público, etc.

Entretanto, a mulher no mercado de trabalho não é um acontecimento recente. Na aurora da revolução industrial o burguês já se utilizava da mão-de-obra feminina, como também dos seus filhos. Mesmo com a ideologia da família nuclear burguesa, as mulheres da classe proletária se viam obrigadas, pela sua condição social, a vender sua força de trabalho, sendo esta mais barata que a de um homem e, portanto, mais lucrativa. A mulher burguesa, no entanto, ficava em casa para preservar os valores, a moral da família, zelar pela educação dos futuros herdeiros (filhos do casal). Hoje, a mulher burguesa sai do espaço doméstico para ocupar espaços de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora (seja como gerentes de empresas ou como parlamentares, deputadas, presidentes etc.).

A mulher proletária, sob as diversas condições que a oprime¹ vende sua força de trabalho com o peso da responsabilidade pelo cuidado dos filhos. Diversos são os fatores que a levam ao mercado de trabalho como, por exemplo, as condições econômicas precárias de sua família (o salário do marido não é suficiente), ser mãe solteira, possuir muitos filhos, ou mesmo desejar sua “independência fi-

1 - Divisão doméstica do trabalho, divisão sexual do trabalho, seu papel dentro da família nuclear burguesa, sua condição de classe proletária e de gênero.

nanceira”. Muitas, porém, deixam de trabalhar para cuidar dos filhos, ficando sob a dependência do marido.

Diferente da mulher burguesa que tem recursos para contratar uma babá ou colocar seu filho numa creche privada², a mulher proletária terá que conciliar as tarefas de cuidado do(s) filho(s), da casa, do marido com seu trabalho. Dessa forma, ela vai procurar os empregos que vão permitir o cuidado do(s) seu(s) filho(s). A maioria desses empregos serão aqueles de meio turno, com salários mais baixos, sem perspectiva de crescimento profissional, caracterizadas pela instabilidade. Muitas delas acabam trabalhando no setor informal (pequenos comércios onde mora, na venda de produtos cosméticos, etc.), logo, sem a proteção que o trabalho formal oferece.

Quando não consegue emprego de meio turno, deixa seus filhos, por exemplo, com o filho mais velho (geralmente do sexo feminino, reproduzindo o ‘papel’ da mulher na realização do trabalho doméstico, no trabalho reprodutivo), na “creche” da vizinha, sem uma segurança garantida, ou numa creche privada, mesmo sendo seu salário baixo para pagar esta creche. A mãe proletária tem que recorrer aos diversos meios (privados, informais) já que o Estado não garante creches públicas em quantidades que atendam a toda demanda, e as que existem são de péssima qualidade.

No atual momento de acumulação capitalista, a força de trabalho feminina tem sido utilizada como meio de se conseguir maiores ganhos de capital. Isso, de grande maneira, permitiu que as mulheres ocupassem os postos de trabalho. Estes postos são, em sua maioria, os setores de serviço, trabalho domiciliar, em pequenas empresas ou empresas terceirizadas. Todos esses locais de trabalho são característicos do atual processo de acumulação capitalista, que, por meio da subcontratação, flexibilização dos direitos trabalhistas, terceirização, da degradação da proteção social, entre outros, se utiliza da mão-de-obra feminina para barganhar maiores lucros.

Dessa forma, a mãe proletária, além de ser explorada pelo patrão ainda se encontra como responsável pelos afazeres domésticos, pelo cuidado dos filhos, mulheres dedicadas e submissas ao seu marido. Isso pode impedi-la da conquista de maior tempo livre, no qual possa estudar, descansar depois de um longo dia de trabalho, empreender sua militância política, além de um crescimento pessoal, etc.

A tabela a seguir demonstra a preponderância da mulher na realização do trabalho doméstico em 2002 (chegando a 89,9 % das mulheres entrevistadas) e a

2 - Até 2006, somente 9,9 % das crianças com até 3 anos de idade pertencentes as famílias mais pobres frequentavam creches. A baixa frequência dessas crianças está relacionada com a oferta de creches públicas inferior a demanda.

média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por elas chega a 27,2 horas. O trabalho doméstico realizado pela mulher é um “trabalho invisível” na medida em que não é reconhecido socialmente como “Trabalho” propriamente dito, gerador de valor, encobrendo assim as formas com que o Capital se utiliza dele para reduzir custos, para precarizar a vida das famílias pobres e manter as mulheres “ocupadas”, ou melhor, afastadas da vida política e social.

TEMPO DE DEDICAÇÃO AOS AFAZERES DOMÉSTICOS POR PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, SEGUNDO O SEXO (BRASIL, 2002)

Sexo	Número absoluto dos que cuidavam de afazeres domésticos	Porcentagem dos que cuidavam de afazeres domésticos	Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	Total das pessoas que responderam à questão “cuidava de afazeres domésticos?”
Feminino	65.304.832	89,9	27,2	72.655.548
Masculino	30.246.775	44,7	10,6	67.667.280
Total	95.551.607	68,1	21,9	140.322.828

Fonte: PNAD microdados (IBGE, 2002).

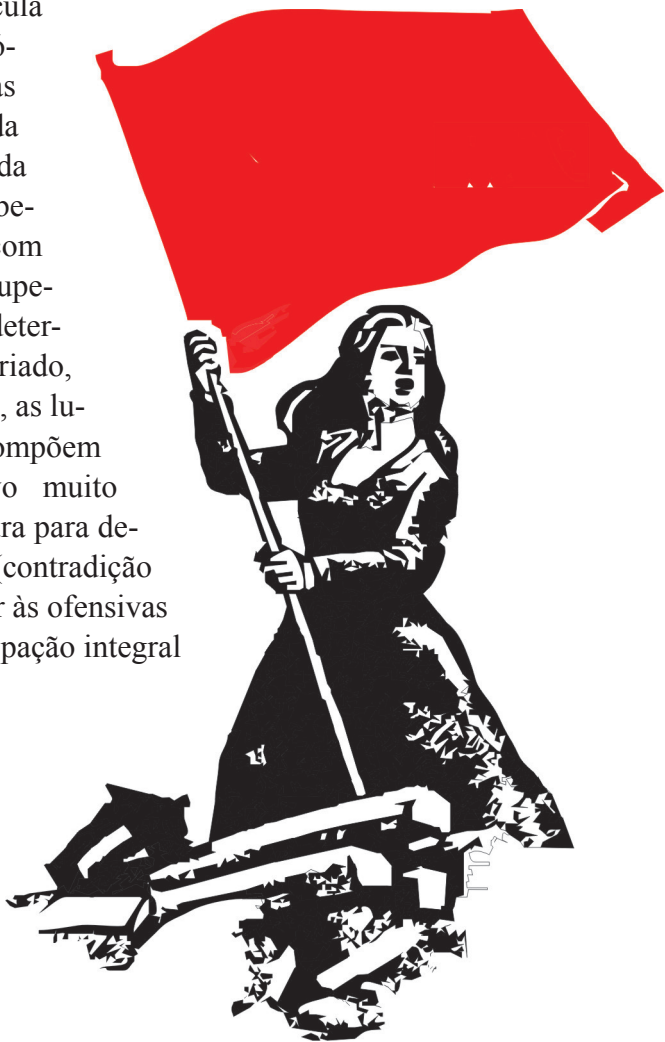
Dentre as atividades domésticas, a mais explorada está relacionada à noção de maternidade, ou seja, a responsabilidade de cuidar dos filhos. Portanto, a reivindicação de creches públicas e gratuitas é importantíssima também para evidenciar socialmente o trabalho reprodutivo (não pago) realizado diariamente por milhões de mães proletárias. A exigência por creches públicas é uma reivindicação material e essencial na busca pela emancipação da mulher. É também uma forma de combate ao neoliberalismo, que privatiza as necessidades sociais.

Quando a demanda das creches se torna gritante (grau este determinado pela própria correlação de forças da luta de classes), ou a inserção das mulheres em determinadas funções precarizadas no mercado de trabalho, se torna uma necessidade da própria acumulação capitalista, a burguesia busca lucrar em cima desta necessidade criando creches privadas e/ou medidas paliativas.

No Brasil, o movimento em prol das creches teve seu ápice no final dos anos 1970. A razão estrutural para ascensão desse movimento se deu por conta do empobrecimento da classe trabalhadora, fato que obrigou as mulheres, pertencentes a essas camadas pauperizadas, a trabalharem fora para complementar a renda da casa. Para possibilitar essa distância do lar era necessário um lugar no qual pudessem deixar seus filhos. Além disso, a ampliação da exploração e da pobreza

dos trabalhadores, que se abateu sobre as mulheres de forma mais violenta, está vinculado com um processo de transição tanto política (lutas pelo fim da ditadura e reorganização dos trabalhadores) quanto econômica (reestruturação produtiva do capital, através do modelo de Estado Neoliberal, privatizações e terceirizações).

Pode-se ressaltar a natureza e conteúdo de classe da luta pelas creches. Isso fica evidente quando analisamos as principais causas do ascenso desta luta. Porém, esta abordagem classista da mobilização por creches públicas não remete somente ao plano imediato, das necessidades reivindicativas, mas se articula diretamente com a luta histórica pela libertação total das mulheres e da emancipação da classe trabalhadora, na medida em que, na atual etapa neoliberal, entra em choque direto com os interesses capitalistas de superexplorar a mão-de-obra de determinadas parcelas do proletariado, no caso as mulheres. Ou seja, as lutas pelas creches públicas compõem um elemento reivindicativo muito importante na atual conjuntura para desenvolver a luta de classes (contradição Capital X Trabalho) e resistir às ofensivas da burguesia, rumo à emancipação integral da humanidade.



Creche pública, gratuita e de qualidade é um direito da mulher trabalhadora!

CRECHES PÚBLICAS PARA O MELHORAMENTO DO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO: EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

Além de possibilitar que mães trabalhadoras estudem e trabalhem tranquilamente, a existência de creches em universidade possui, também, um caráter essencial para a formação de profissionais ligados a diversas áreas como a pedagogia, a psicologia, o serviço social, a fisioterapia etc. Caracterizando-se como uma forma de aprendizagem relacionada com a prática. Os estudantes desses cursos têm a oportunidade de realizarem pesquisas e estágios. Tem a oportunidade de aproximarem-se de profissionais da área, enriquecendo os seus estudos, além de contribuírem para a melhor dinâmica das creches.

A educação infantil é um direito da criança, pois proporcionar a interação entre o cuidado e a educação é essencial para o desenvolvimento infantil. Profissionais qualificados, bem remunerados, em um ambiente favorável que possam proporcionar condições para o desenvolvimento físico, intelectual e psicológico da criança são de extrema importância. É necessário o reconhecimento da importância da educação infantil para a educação escolar.

Dentro das universidades é fundamental que todas as mulheres estudantes e trabalhadoras que necessitam de creches estejam sendo atendidas. As universidades devem criar estrutura e capacidade para atender toda a demanda das mães. Devemos lutar por uma creche pública, gratuita e em tempo integral para todas as estudantes, as terceirizadas, as professoras e as servidoras concursadas e contratadas.

*Creches públicas nas universidades para relacionar
ensino, pesquisa e extensão!
Pelo direito das mães ao Trabalho e ao Estudo!*

POR QUE SOMOS CONTRA O PROGRAMA DE CRECHE-DOMICILIAR?

Implementado no final dos anos 1970, o projeto creche-domiciliar tinha um caráter provisório e emergencial, porém perdura até os dias atuais. Devido à escassez de creches públicas o governo lançou alternativas ineficientes, que buscam flexibilizar e precarizar o trabalho. A precariedade do emprego de mãe-crecheira é constante, pois raros são os casos em que estas

profissionais recebem os direitos trabalhista tais como 13º salário, férias remuneradas, licença-maternidade, etc. Além disso, não há uma preocupação com a educação infantil, pois as mães-crecheiras não necessitam de formação profissional, elas tem o cuidado voltado apenas para a guarda, a alimentação e a higiene das crianças.

E O AUXÍLIO-CRECHE NAS UNIVERSIDADES, SERIA UMA BOA OPÇÃO?

De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 389 da Consolidação das Leis Trabalhistas, toda empresa que possua estabelecimento em que trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade deverão ter local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. De acordo com a Portaria 3.296/1986, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a empresa poderá substituir a criação de creches pelo pagamento do auxílio-creche.

O auxílio-creche, adotado em várias universidades, como por exemplo, a USP, é uma péssima alternativa, pois significa um fomento as empresas privadas. Há uma transferência indi-

reta de verba pública para a iniciativa privada. O Estado paga para os empresários lucrarem, pois as trabalhadoras recebem certa quantia que as “possibilita” pagarem por creches privadas, onde possam deixar seus filhos no horário de expediente.

Além disso, o auxílio-creche muitas vezes é utilizado como forma de complementação de renda, devido aos baixos salários pagos. A trabalhadora, por ser mal-remunerada se vê obrigada a transferir a renda destinada a creche de seu(s) filho(s) para atender às demandas básicas da casa. Assim, ela continua se vendo obrigada a recorrer à ajuda da vizinha, dos avós da criança, da sogra, e assim por diante.

Contra o incentivo às empresas privadas e a precarização das relações de trabalho! Diga não ao auxílio-creche e a política de creche-domiciliar!

A luta pela garantia e ampliação da licença maternidade também é uma importante bandeira das mulheres trabalhadoras. Sabemos que este direito atualmente é, na prática, negado a maioria das mulheres, onde a maternidade continua sendo uma penitência, pois os patrões não garantem o mínimo necessário como assistência médica, licença maternidade e creches públicas. Assim, a gravidez é sinônimo de medo, assédio moral e demissões por parte dos patrões.

Em setembro de 2008 foi sancionado pelo Governo Lula a Lei 11.770 que aumenta a licença maternidade de quatro para seis meses. Porém, o projeto propõe que a extensão da licença maternidade seja facultativa às empresas e garante a isenção no imposto de renda às empresas que adotarem. Além disso, a lei não vale para as pequenas e médias empresas ligadas ao “Super Simples”³, e sequer aborda o caso das mulheres em situação de informalidade (a maioria das mulheres). Ou seja, esta lei é uma grande ilusão para as trabalhadoras, pois além de não garantir a obrigatoriedade da licença maternidade (flexibilização de direitos), ainda repassa verba pública (através de isenção de impostos) para as empresas privadas que a adotarem. A licença maternidade deve ser um direito garantido a todas as mulheres não uma moeda de troca para alimentar a ganância dos patrões!

Milhares de trabalhadoras terceirizadas das universidades são cotidianamente vítimas de assédio moral e demitidas por estarem grávidas, e isso sem qualquer complicação jurídica para a patronal, já que não compete aos patrões garantirem a licença maternidade, e as faltas recebidas pela mãe trabalhadora possibilitam sua demissão por “justa causa”.

Licença maternidade de 6 meses para todas as trabalhadoras sejam elas do quadro efetivo, terceirizadas ou contratadas!

³ - O Super Simples foi aprovado pelo Governo Lula/PT e é um exemplo das políticas de flexibilização dos direitos trabalhistas. Pertencente a Reforma Trabalhista, foi aprovado em 14 de dezembro de 2006, sob o discurso de estimular a produção nacional, porém, ataca direitos históricos tais como: férias, décimo terceiro salário etc., tornando-os facultativos às pequenas e médias empresas.

Em 1972, foi criada a primeira creche em uma universidade federal do Brasil, a Creche Francesca Zácara na Universidade do Rio Grande do Sul. Desde então foram criadas várias pelo país. Atualmente, de acordo com o mapeamento da Associação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUU-FEI), existem 28 creches de um total de 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Na região centro-oeste só existe creche em um IFES, na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Apesar da existência de 28 creches em IFES elas não atendem a demanda das instituições que são ligadas. Na USP, por exemplo, não existem creches em todos os campi (nos campi de Lorena, Pirassununga e USP Leste por não possuírem creches predomina o “benefício” do auxílio-creche), o que acaba obrigando as mães ou a deixarem seus filhos em lugares longe do local de trabalho, ou a aceitar o auxílio-creche. Numa das maiores universidades do país com cerca de 11.000 funcionários, 16.000 professores e cerca de 100.000 estudantes há apenas 563 vagas nas creches.

Outro exemplo da ineficiência do sistema de creches em universidades é na UFC, onde apenas um dos campi possui creche. Os estudantes lutam para a ampliação desse direito. No 1º Semestre de 2011 foi iniciada uma campanha pelo Coletivo Pedagogia em Luta/RECC da UFC: “Por uma creche na FACED – Pelo direito da mãe-trabalhadora de estudar!”. E em universidades como a UnB sequer possui creche.

Por conta disso, nós do Coletivo Feminista Classista Libertárias e do Coletivo Pedagogia em Luta, junto a Rede Estudantil Classista e Combativa - RECC, exigimos creches públicas de qualidade em todos os campi das universidades federais ou estaduais, para que as estudantes e trabalhadoras tenham a segurança de deixar seus filhos em locais adequados para seu desenvolvimento psicopedagógico.

*Abertura de creches públicas já!
Garantir o direito de estudar e trabalhar!*

- 1. CRECHES 100% PÚBLICAS E EM TEMPO INTEGRAL;**
- 2. EXIGIMOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA A CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS/AS, QUE NÃO SE RECORRA À TERCEIRIZAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS CRECHES;**
- 3. REIVINDICAMOS CRECHES QUE ATENDAM A TODAS AS CATEGORIAS (PROFESSORAS, SERVIDORAS, TERCEIRIZADAS, CONTRATADAS E ESTUDANTES);**
- 4. POR INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA A REALIZAÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES;**
- 5. PROJETO PEDAGÓGICO QUE ATENDA OS PRINCÍPIOS DO CUIDAR, EDUCAR E BRINCAR;**
- 6. QUE AS CRECHES TENHAM SUPORTE PARA ATENDER CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS;**
- 7. QUE TODAS AS DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO, HIGIENE E MATERIAIS DE APRENDIZAGEM SEJAM CUSTEADAS PELO ESTADO;**
- 8. PELA LIGAÇÃO DAS CRECHES COM CURSOS AFINS (LICENCIATURAS, SAÚDE, PSICOLOGIA ETC.) ATRAVÉS DE PESQUISA, EXTENSÃO E ESTÁGIOS, ARTICULANDO CONHECIMENTO TEÓRICO À PRÁTICA;**
- 9. LICENÇA MATERNIDADE DE 6 (SEIS) MESES PARA TODAS AS TRABALHADORAS SEJAM ELAS DO QUADRO EFETIVO, TERCEIRIZADAS OU CONTRATADAS, SEM ISENÇÃO DE IMPOSTO PARA AS EMPRESAS.**

PELA ABERTURA DE CRECHES PÚBLICAS JÁ!

GARANTIR O DIREITO DAS MULHERES AO TRABALHO E AO ESTUDO!



Organização:

COLETIVO ESTUDANTIL
**Pedagogia em
LUTA**

www.pedagogiaemluta.blogspot.com

Coletivo
LIBERTARIAS
Feminista Classista

www.coletivolibertarias.blogspot.com

Apoio:



www.redeclassista.blogspot.com